

O descaso com o saneamento

Raramente incluídas entre as prioridades dos gestores públicos, por envolverem obras caras, de longo período de execução e pouca visibilidade, as políticas de saneamento básico continuam no plano das promessas para a maioria dos brasileiros. Mantido o ritmo atual, somente daqui a mais de um século seria possível estender os benefícios de uma rede de coleta de esgotos à totalidade dos brasileiros. A revelação de estudo de âmbito nacional realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) é preocupante, pois essa é uma área associada diretamente à qualidade de vida da população e à saúde pública. Por isso, o levantamento precisa se prestar para um debate objetivo sobre o tema, que vá um pouco além dos interesses relacionados à campanha eleitoral nos municípios nos próximos anos.

O mesmo estudo – no qual a região metropolitana de Porto Alegre aparece numa situação desconfortável em recolhimento e tratamento de esgoto – revela que 65% das internações hospitalares de crianças com menos de 10 anos têm a precariedade do saneamento básico entre suas causas. A falta de atendimento nessa área aumenta também em 30% a possibilidade de crianças nascidas mortas. Só essas já seriam razões suficientes para os políticos guindados a cargos executivos se preocuparem em investir mais na área. Mas há ainda o fato de cada real investido em saneamento significar uma economia quatro vezes maior em saúde pública. A evidência só é ignorada porque os gestores dão ênfase preferencialmente a obras que possam ser iniciadas e inauguradas durante uma mes-

ma administração, o que ajuda a explicar tanto desprezo oficial pelo setor.

Concebido para marcar uma reativação dos investimentos públicos no país, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê um montante de R\$ 10 bilhões anuais no setor. Nos cálculos do Instituto Trata Brasil, que encomendou a pesquisa à FGV, o país precisaria

aplicar cerca de R\$ 11 bilhões por ano até atingir R\$ 220 bilhões. Por isso, a sociedade precisa exigir que os compromissos assumidos na área sejam cumpridos rigorosamente. Uma eventual descontinuidade no ritmo de

obras pode tornar o quadro ainda mais caótico.

É inadmissível que o Brasil, recém incluído pelas Nações Unidas entre a elite dos países em qualidade de vida, tenha 51,5% dos domicílios sem saneamento básico. Redes de água, de esgoto cloacal e pluvial e recolhimento regular do lixo doméstico são pressupostos para melhor qualidade de vida e para um avanço inadiável na área de saúde pública. Cabe à sociedade exigir que os políticos se convençam da necessidade de pensar mais no longo prazo e não apenas no seu próprio período de gestão.

INVOLUÇÃO

De 1992 para 2006, o percentual da população da região metropolitana de Porto Alegre com acesso a rede de esgoto caiu de 19,55% para 10,01%. Em consequência a região aparece como a segunda pior do país nesse aspecto.

